



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Termo de contrato nº 007/18

## **TERMO DE CONTRATO**

**TERMO DE CONTRATO Nº 007/2018.**

**DECORRENTE DE DISPENSA POR LICITAÇÃO, CONFORME ART. 24, II DA LEI 8.666/93, VIGENTE DA ASSINATURA DO CONTRATO, POR UM PERÍODO DE 12 MESES, FIRMADO COM SUPERINFO INFORMÁTICA LTDA, VISANDO À PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO PARA HOSPEDAGEM DEDICADA DE SERVIDOR VIRTUAL (IAAS E PAAS),**

Pelo presente instrumento de **TERMO DE CONTRATO**, de um lado, **CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARIÚNA**, com sede na Rua Coronel Amâncio Bueno, 446, centro desta Cidade de Jaguariúna, Estado de São Paulo e inscrição do CNPJ sob nº 51.313.955/0001-30, através de seu Representante Legal Excelentíssimo Senhor Presidente Vereador Romilson Nascimento Silva, portador do RG Nº 42.181.834-7 SSP-SP e CPF Nº 224.361.418-94, residente e domiciliado na Rua Quinze de Novembro, 535 – Jd. Berlim – Cidade de Jaguariúna, Estado de São Paulo – CEP 13820-000, **doravante denominado CONTRATANTE**, e de outro, **a empresa LUIZ CARLOS AGUIAR GUIMARAES – ME**, nome fantasia Intelecto – Mídia e Tecnologia, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes CNPJ sob o nº. 12.286.292/0001-50, sediada na Rua Quatro, nº 756, Sala 02 - Centro – Riolândia, Estado de São Paulo – CEP 15495-000, neste ato representada legalmente pelo Sr. Luiz Carlos Aguiar Guimarães, nacionalidade brasileiro, estado civil solteiro, profissão Diretor Executivo/ Especialista em TI, portador do CPF Nº 227.600.658-71, e da cédula de identidade RG Nº 42.214.520-8, residente e domiciliado à Rua Tiburtino Rodrigues do Nascimento, 181 - Apto 42 - Jardim Rosolém – Hortolândia, Estado de São Paulo – CEP 13185-470, **doravante denominado CONTRATADO**, resolvem restabelecer a presente avença contratual.

### **CONSIDERANDO:**

A necessidade dos serviços ora apresentados, onde visa, dentre outros fins constantes no Termo de Referência, à contratação de empresa especializada para hospedagem dedicada de servidor virtual (IaaS e PaaS), para migração/hospedagem do website da Câmara Municipal de Jaguariúna, com os serviços de instalação, configuração e manutenção dos recursos contratados, bem como monitoramento, backup e gerenciamento

A solução de hospedagem ora contratada destina-se à modernização da disponibilização de infraestrutura mínima na rede mundial de computadores para que, o sítio de internet da Câmara Municipal de Jaguariúna funcione adequadamente nos moldes legalmente e tecnologicamente exigidos. A disponibilização da infraestrutura e dos serviços ora descritos são fundamentais para o funcionamento integral do objeto descrito.

17

18

19

20





# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

*Termo de contrato nº 007/18*

**RESOLVEM** celebrar o presente **TERMO DE CONTRATO xxx/2018**, mediante cláusulas e condições abaixo;

## **CLÁUSULA PRIMEIRA – Objeto do Contrato**

- 1.1. Contratação de empresa especializada para hospedagem dedicada de servidor virtual (IaaS e PaaS), para migração/hospedagem do website da Câmara Municipal de Jaguariúna, com os serviços de instalação, configuração e manutenção dos recursos contratados, bem como monitoramento, backup e gerenciamento.
- 1.2. Os serviços devem ser compatíveis e plenamente integrados com o painel de controle do Google já contratado e em funcionamento para o gerenciamento de todos os emails da Câmara Municipal de Jaguariúna/SP, com suporte contínuo de tecnologia de informação visando o atendimento da Lei nº 12.527/11, Decreto Estadual nº 59.161/2013 e os critérios de funcionamento da Especificação Técnica desse Termo de Referência.
- 1.3. A hospedagem deverá ser em nome da Contratante, ou seja, **CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARIÚNA**, com sede na Rua Coronel Amâncio Bueno, 446, centro da Cidade de Jaguariúna, Estado de São Paulo e inscrição do CNPJ sob nº 51.313.955/0001-30, CEP: 13910-009, sendo seu Representante Legal o Presidente da Câmara. O email para acesso e gerenciamento do painel de controle deverá ser: dominio@camarajaguariuna.sp.gov.br e oportunamente adicionado @jaguariuna.sp.leg.br.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – Da Visita Técnica (Não é obrigatória)**

- 2.1. As empresas interessadas deverão realizar visita técnica para tomarem conhecimento do ambiente de instalação, bem como dos custos envolvidos para execução do objeto, isentando a Contratante de acréscimos nos valores de eventuais custos de instalação.
- 2.2. A visita técnica deverá ser agendada com antecedência mínima de 48 horas.
- 2.3. A falta da visitação, não será impedimento para participar da cotação de preço, porém, não poderá posteriormente alegar desconhecimento das condições para a execução do serviço, assim resguardando a Administração de possíveis inexecuções contratuais, decorrente da falta de visita ao local.

## **CLÁUSULA TERCEIRA - Vigência**

- 3.1. Este contrato será celebrado com duração de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, vigendo de 23 de outubro de 2018 a 22 de outubro de 2019, podendo ser prorrogado até o limite legal estabelecido pela Lei Federal nº 8.666/93 em seu art. 57 e suas alterações.
- 3.2. A Contratada poderá se opor à prorrogação, desde que o faça mediante documento escrito, recebido pela Contratante em até 90 (noventa) dias antes do vencimento do contrato ou de cada uma das prorrogações do prazo de vigência.
- 3.3. As prorrogações de prazo de vigência serão formalizadas mediante celebração dos respectivos termos de aditamento ao contrato, respeitadas as condições prescritas na Lei federal nº 8.666/1993.





# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

*Termo de contrato nº 007/18*

- 3.4. A não prorrogação do prazo de vigência contratual por conveniência da Administração não gerará à contratada direito a qualquer espécie de indenização.
- 3.5. Não obstante o prazo estipulado no subitem 3.1 acima, a vigência contratual nos exercícios subsequentes ao da assinatura do contrato estará sujeita à condição resolutiva, consubstanciada na existência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício, para atender as respectivas despesas.

## **CLÁUSULA QUARTA – Embasamento Legal**

- 4.1. O presente termo é decorrente de dispensa por licitação, conforme art. 24, II da lei 8.666/93.

## **CLÁUSULA QUINTA – Dotação Orçamentária**

- 5.1. As despesas decorrentes deste instrumento, no corrente exercício, correrão por conta da dotação orçamentária classificada 3.3.90.39.57 – Serviço de Processamento de Dados, desta Casa de Leis.

## **CLÁUSULA SEXTA – Valor do Contrato**

- 6.1. Dá-se ao presente Contrato o valor Global de R\$ 15.600,00 (quinze mil e seiscentos reais) sendo fracionado o pagamento mensalmente no valor de R\$ 1.300,00 (mil e trezentos reais), por um período de 12 meses.
- 6.1.1. O pagamento do valor total global acima será efetuado em parcelas mensais, após o aceite de sua prestação, devendo a Contratada emitir as respectivas Notas Fiscais ao final de cada mês, que deverão ser pagas em até 10 (dez) dias corridos, da data do aceite da Nota Fiscal.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – Preço**

- 7.1. A Contratante pagará à Contratada pela prestação dos serviços os seguintes valores, incluindo-se todos os insumos necessários para a devida prestação dos serviços consignado em sua proposta, o valor de:
- 7.1.1. Valor Total Global de R\$ 15.600,00 (quinze mil e seiscentos reais), onde somam-se todos os itens abaixo compreendendo para hospedagem dedicada de servidores virtual (IaaS e PaaS) por um período de 12 (doze) meses.
- 7.2. O pagamento do valor total global acima será efetuado em parcelas mensais, após o aceite de sua prestação, devendo a Contratada emitir as respectivas Notas Fiscais ao final de cada mês, que deverão ser pagas em até 10 (dez) dias corridos, da data do aceite da Nota Fiscal.
- 7.3. Os preços serão fixos e irrecorribéis para o período.
- 7.4. A Contratante poderá deduzir do pagamento importâncias que a qualquer título lhe forem devidos pela Contratada, em decorrência de inadimplemento contratual.
- 7.5. Estão incluídos no valor global os encargos sociais, custos operacionais, impostos, taxas, seguros, transportes, embalagens, licenças, despesas de frete e todas as demais despesas necessárias para o bom cumprimento na prestação dos respectivos serviços.





# **Câmara Municipal de Jaguariúna**

Estado de São Paulo

*Termo de contrato nº 007/18*

7.6. Demais condições de pagamento dos serviços estão estabelecidas no **Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA**.

## **CLÁUSULA OITAVA – Reajuste de Preço:**

8.1. O valor da prestação mensal devida pelo contratante poderá ser reajustado após o prazo Contratual, mediante aplicação da correção pelo IGPM dos meses de contrato:

8.1.1. O objeto do presente Termo de Referência será executado pelo preço ofertado na proposta da empresa vencedora, que será fixo e irreajustável, pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses.

8.1.2. Havendo prorrogação de Contrato, com previsão legal no art. 57 da Lei 8.666/93, poderá o valor ser reajustado com base no descrito acima, devendo o mesmo ser justificado por escrito e previamente autorizado pelo Presidente desta Câmara Municipal.

8.2. Poderão ainda ser revistos, desde que reste comprovada a ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas na alínea “d”, do inciso II, do art. 65, da Lei nº. 8.666/93.

## **CLÁUSULA NONA – CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO:**

As condições de pagamento dos serviços estão estabelecidas no Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA e aqui transcritos na íntegra.

9.1. O pagamento será efetuado em parcelas mensais, após o aceite de sua prestação, devendo a Contratada emitir as respectivas Notas Fiscais relativas à prestação dos serviços e certidões cabíveis se solicitadas, ao final de cada mês, e as mesmas deverão ser pagas em até 10 (dez) dias corridos, da data do aceite da Nota Fiscal, desde que não haja pendência a ser regularizada.

9.2. Havendo rejeição da NF, no todo ou em parte, a contratada deverá refazê-la no prazo estabelecido pela Administração, observando as condições estabelecidas para a prestação nos prazos estabelecidos neste instrumento, contados a partir da notificação expedida pela CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARIÚNA;

9.3. Em caso de recusa, no todo ou em parte, do objeto contratado, fica o CONTRATADO obrigado a refazer/reparar o serviço, às suas expensas,

9.3.1. Na impossibilidade de serem refeitos os serviços rejeitados, ou na hipótese de não serem os mesmos executados, o valor respectivo será descontado da importância mensal devida à contratada, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

9.4. Os pagamentos serão efetuados através de ordem bancária, para crédito em conta corrente e agência indicada pela CONTRATADA, preferencialmente em banco de movimentação oficial desta Casa de Leis;

## **CLÁUSULA DÉCIMA – DA INSTALAÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO**

10.1. As condições de pagamento dos serviços estão estabelecidas no Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMIRA – TREINAMENTO**





# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

*Termo de contrato nº 007/18*

- 11.1. A contratada realizará treinamento presencial ou virtual, a critério do CONTRATANTE, para uso das soluções implantadas pelo período mínimo de 12 horas aos funcionários indicados pela CONTRATANTE.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA SUBCONTRATAÇÃO, DA CESSÃO E DA TRANSFERÊNCIA:**

- 12.1. É vedada a subcontratação, cessão ou transferência do objeto deste Contrato.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E CONTRATADA:**

### **13.1. CONTRATANTE:**

- 13.1.1. Fornecer a CONTRATADA Ordem de Serviço, que será expedida pelo departamento de TI;
- 13.1.2. Prestar a CONTRATADA todos os esclarecimentos necessários para a execução do serviço;
- 13.1.3. Exercer o acompanhamento, conferência e a fiscalização da execução dos serviços;
- 13.1.4. Indicar, formalmente, Comissão de Fiscalização para acompanhar, conferir e fiscalizar a execução dos serviços;
- 13.1.5. Prestar ao supervisor/preposto da CONTRATADA as informações e esclarecimentos de que disponha e que eventualmente venham a ser solicitados e indicar as áreas onde os serviços serão executados;
- 13.1.6. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução deste Contrato, em especial, aplicação de sanções, alterações e repactuações;
- 13.1.7. Apurar e aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- 13.1.8. Efetuar os pagamentos pelos serviços executados;

### **13.2. CONTRATADA:**

- 13.2.1. Indicar um preposto, com poderes para representar a empresa CONTRATADA, em tudo o que se relacionar com o serviço.
- 13.2.2. Não possuir administrador ou sócio com poder de direção, com vínculo de parentesco com agente político ou Vereador de Jaguariúna;
- 13.2.3. É responsável direta e exclusivamente pela perfeita prestação de serviço objeto deste Contrato e, consequentemente, responde civil e criminalmente, por todos os danos e prejuízos ocorrentes em sua execução, que venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para a **CONTRATANTE** ou para terceiros;
- 13.2.4. É responsável também pela qualidade na execução do objeto, cabendo-lhe verificar o atendimento dos padrões e condições exigidos;
- 13.2.5. Obriga-se a cumprir durante a execução contratual, todas as leis e posturas pertinentes e vigentes, sendo a única responsável por prejuízos decorrentes das infrações a que der causa.





# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Termo de contrato nº 007/18

- 13.2.6. Responsabilizar-se-á pelos recolhimentos de tributos que venham a incidir sobre o objeto deste contrato, arcando inclusive com os tributos federais, estaduais e municipais, que porventura incidam ou incidirão sobre o respectivo contrato bem como os encargos sociais, trabalhistas e previdenciários;
- 13.2.7. Obriga-se a dar atendimento à **CONTRATANTE** quando solicitado no prazo máximo de 3h (três horas), exceto o atendimento "in loco" que será de até 48h (quarenta e oito horas), mediante acordo entre as partes quanto aos custos de deslocamentos.
- 13.2.8. Responsabilidade de gerenciamento do backup de acordo com o item C.1 da Especificação Técnica.
- 13.2.9. Apresentar, quando solicitado, os comprovantes de pagamentos de benefícios e encargos.
- 13.2.10. Comunicar imediatamente a Comissão de Fiscalização toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução dos serviços contratados;
- 13.2.11. Propiciar a Comissão de Fiscalização todos os meios necessários à fiscalização dos serviços;
- 13.2.12. Fornecer à Comissão de Fiscalização os números de telefones celulares do supervisor, bem como dos Engenheiros, vinculados à condução dos serviços, com perfeito conhecimento do objeto do contrato, para o pronto deslocamento e atendimento em situações de emergência ou de algum sintoma anormal em equipamentos, instalações e sistemas;

## CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - PENALIDADES:

- 14.1. Por descumprimento de cláusulas contratuais ou pela inexecução total ou parcial do Contrato, o CONTRATADO poderá, após a apreciação de defesa prévia, sofrer as seguintes penalidades, de acordo com a gravidade da falta (Art. 86 e 87 da Lei 8.666/93 e Art. 7º da Lei 10.520/02):
  - 14.1.1. advertência, sempre que forem constatadas irregularidades de pouca gravidade, para as quais tenha a CONTRATADA concorrida diretamente.
  - 14.1.2. multa, nas seguintes situações:
    - 14.1.2.1. De 0,2% (dois décimos por cento) do valor do Contrato por dia de atraso, se o contratado não cumprir com o fornecimento até o 5º (quinto) dia corrido do atraso, após o que, a critério desta Câmara, poderá ser promovido o cancelamento do Contrato.
    - 14.1.2.2. Em caso de cancelamento do Contrato por esta Câmara, decorrente do que prevê o subitem acima, ou de qualquer descumprimento de outra cláusula contratual, será aplicada, tendo garantida a defesa prévia, multa de até 30% (trinta por cento) do valor total do Contrato, de acordo com a gravidade da infração.
- 14.2. As multas serão, após o regular processo administrativo, cobradas administrativa ou judicialmente, ou descontadas dos créditos da Contratada.
- 14.3. As penalidades previstas nesta cláusula têm caráter de sanção administrativa, não eximindo a Contratada de reparar os prejuízos que seu ato venha a acarretar a Contratante.





# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

*Termo de contrato nº 007/18*

- 14.4.O descumprimento parcial ou total, por uma das partes, das obrigações que lhes correspondam, não será considerado inadimplemento contratual se tiver ocorrido por motivo de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificado e comprovado. O caso fortuito, ou de força maior, verifica-se no fato necessário, cujos efeitos não eram possíveis evitar, ou impedir, nos termos do parágrafo único do art. 393 do Código Civil.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - RESCISÃO:**

- 15.1.A inexecução total ou parcial deste Contrato, além de ocasionar a aplicação das penalidades anteriormente enumeradas, ensejará, também, em sua rescisão, desde que ocorram quaisquer motivos elencados no art. 78, da Lei nº 8.666/93.
- 15.2.A rescisão do Contrato poderá ser efetivada sob qualquer das formas delineadas no art. 79, da Lei nº 8.666/93.
- 15.3.Se a rescisão da avença se der por qualquer das causas previstas nos incisos I a XI, do art. 78, da Lei nº 8.666/93, a **CONTRATADA** sujeitar-se-á, ainda, ao pagamento de multa prevista no item 13.1.2.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - TOLERÂNCIA:**

- 16.1.Se qualquer das partes contratantes, em benefício da outra, permitir, mesmo por omissões, a inobservância no todo ou em parte, de qualquer dos itens e condições deste Contrato e/ou de seus Anexos, tal fato não poderá liberar, desonerar ou de qualquer forma afetar ou prejudicar esses mesmos itens e condições, os quais permanecerão inalterados, como se nenhuma tolerância houvesse ocorrido.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO**

- 17.1.Na qualidade de CONTRATANTE e CONTRATADA serão assinados Termo de Ciência e Notificação, relativo se for o caso, à tramitação deste Processo perante o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

## **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – Publicização**

- 18.1.Este Poder Legislativo promoverá a publicação do extrato deste instrumento no Diário Oficial do Município, conforme disposição Legal da Lei 8.666/93, art. 61 em seu parágrafo único, e publicação na íntegra em mural e site oficial.

## **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DOS SERVIÇOS**

- 19.1.Este Poder Legislativo encaminhará o presente TERMO a seu CONTROLE INTERNO bem como arquivo XML ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, através do AUDESP FASE IV, se necessário for de acordo com as leis vigentes.
- 19.2.O Contratante, por meio de funcionário designado através de portaria, efetuará a fiscalização dos serviços a qualquer instante, solicitando à Contratada, sempre que julgar conveniente, informações do seu andamento, devendo esta prestar os esclarecimentos desejados e comunicar ao Contratante quaisquer fatos ou anormalidades que porventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final dos serviços, nos termos estabelecidos no Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA.





# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Termo de contrato nº 007/18

- 19.3. No desempenho de suas atividades, é assegurado ao fiscal o direito de verificar e exigir a perfeita execução do presente ajuste em todos os seus termos e condições;
- 19.4. A ação ou omissão, total ou parcial, do órgão fiscalizador não eximirá a Contratada da total responsabilidade de executar os serviços, com toda cautela e boa técnica.
- 19.5. Fica nomeado o Fiscal do presente termo, através de portaria nº 057/2018, o Senhor Eduardo da Silva Botelho.
- 19.6. Fica nomeado o Gestor do presente termo, através de portaria nº 025/2018, a Senhora Rosangela Moreira De Santana Ribeiro.

## CLÁUSULA VIGÉSIMA – Garantia

- 18.1. De que o website estará em funcionamento 24h por dia, 07 dias por semana ou uma taxa mínima de 99.00% de Uptime.

## CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - Disposições Gerais

- 19.1. A CONTRATADA assume integral responsabilidade pelos danos que causar à CONTRATANTE ou a terceiros, por si ou por seus sucessores e representantes na prestação de serviço em cumprimento do objeto deste contrato, isentando a CONTRATANTE de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência dos mesmos.
- 19.2. A CONTRATADA será a única responsável para com seus empregados e auxiliares no que concerne ao cumprimento da legislação prevista em Lei, em especial no que diz respeito às normas de segurança do trabalho, prevista na Legislação Federal (Portaria nº 3.214, de 8-7-78, do Ministério do Trabalho), sendo que o seu descumprimento poderá motivar a aplicação de multa por parte da CONTRATANTE e/ou rescisão contratual com a aplicação das sanções cabíveis.
- 19.3. O pessoal que a CONTRATADA empregar para a execução dos serviços ora avençado não terá relação de emprego com o CONTRATANTE e deste não poderá demandar quaisquer pagamentos. No caso de vir o CONTRATANTE a ser acionado judicialmente, a CONTRATADA o ressarcirá de toda e qualquer despesa que, em decorrência disso, venha a desembolsar.
- 19.4. A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Termo de Referência.
- 19.5. Aplicam-se aos casos omissos o disposto na Lei Federal nº 10.520/02 e, subsidiariamente, na Lei Federal nº 8.666/93, Resolução 166/2013 deste Órgão Legislativo, e ainda na Lei Complementar nº 123/06, e respectivas alterações.
- 19.6. Sendo necessário à Administração, poderá invocar o § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93, no qual reza que “O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato”.

## CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – FORO





# Câmara Municipal de Jaguariúna

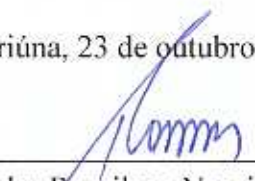
Estado de São Paulo

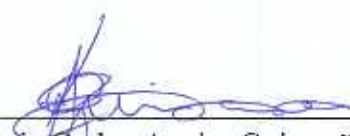
Termo de contrato nº 007/18

20.1. Fica eleito o foro da Comarca de Jaguariúna para dirimir quaisquer questões oriundas do presente **TERMO DE CONTRATO**, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.


E por estarem justos e acordados, as partes assinam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, na presença das testemunhas abaixo assinadas.


Jaguariúna, 23 de outubro de 2018.

  
Vereador Romilson Nascimento Silva  
Vereador / Presidente

  
Luiz Carlos Aguiar Guimarães  
CPF nº 227.600.658-71

## TESTEMUNHAS:

1   
Rosângela M. S. Ribeiro  
CPF: 184.264.758-09

2   
Eduardo da Silva Botelho  
CPF nº 404.314.928-08